

OS INTÉRPRETES DE GRAMSCI NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA¹

**Comunicação Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares
Verônica de Oliveira Gomes²**

Resumo: Antonio Gramsci, para compreender a formação do Estado nacional unitário na Itália, e também traçar a passagem do capitalismo italiano para fase monopolista desenvolveu o conceito de “revolução passiva”. Por meio desse conceito procurava compreender o caráter particular da formação desse Estado, ou seja, a distância que esse processo guardava das vias clássicas simbolizadas pelos casos inglês e francês. Esse conceito suscitou, desde a publicação dos Cadernos do Cárcere, inúmeras interpretações e despertou interesse de diversos intelectuais em contextos nacionais distintos daquele vivenciado pelo marxista sardo, caracterizando todo um campo de pesquisa da ciência política no pós Segunda Guerra. A presente comunicação discute a aplicação desse conceito por intérpretes da realidade social e política brasileira a partir da década de 1970. Sob essa perspectiva, nossa formação social teria percorrido uma trajetória não-clássica de desenvolvimento, tendo como base uma coalizão conservadora que implementou mudanças necessárias à modernização social e política, e o fez preservando elementos da ordem anterior, incorporando passivamente as classes subalternas na política. O objetivo aqui é recuperar a origem do conceito na análise da situação italiana e compará-lo com as formas que este assumiu no caso brasileiro; dessa maneira verificaremos a importância dessas apropriações, seus potenciais e sua atualidade na compreensão do caráter contraditório da formação do Estado capitalista do Brasil.

A partir da década de 1960, principalmente após a abertura militar, ocorreu, no país, uma crescente preocupação em debater os processos de formação do Estado e sociedade. Brasileiros, procurando nesses processos as raízes dos problemas sociais e políticos característicos de nosso país. Vários autores (como Weffort, Boris Fausto, Caio Prado, Celso Furtado, Florestan Fernandes e outros) se dedicaram à tentativa de compreender nossa história. O debate entre eles foi inevitável e enriquecedor: desses embates a produção intelectual do país teve ampliação significativa [exemplo: embate entre os marxistas que adotavam a linha do PCB e intelectuais como Caio Prado Junior e Florestan Fernandes].

Neste contexto de produção, o pensamento de Gramsci foi inserido no país. Até então não havia debates em torno de sua obra no Brasil, e a pouca difusão do fato de Gramsci ser um dos fundadores do Partido Comunista Italiano já mostrava como ele não nos era conhecido efetivamente (COUTINHO, 2007a). As primeiras referências à

¹ Este trabalho é resultado inicial de pesquisa que tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na forma de bolsa de mestrado.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (ÚNICAMP) e integrante do grupo de Pesquisas *Marxismo e Pensamento Político*, coordenado pelo professor Dr. Álvaro Bianchi, no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX).

Gramsci apareceram nos anos de 1920 e 1930 através de exilados italianos, trotskistas e outros antifascista, porém eram vagas e escassas essas indicações (SECCO, 2002).

A situação começa a se transformar no início da década de 1960, mais especificamente no movimento de restauração das fontes marxistas do Partido Comunista Brasileiro e a aproximação de intelectuais acadêmicos ao partido depois do golpe militar de 1964. Surgem, então, as primeiras referências teóricas a Gramsci, e inicia-se um primeiro ciclo de uso de suas obras, que se estendeu até meados da década de 1970, e trouxe as primeiras traduções dos textos de Gramsci ao país: as *Cartas do Cárcere* e a edição temática dos *Cadernos*. Porém não obtiveram grande difusão e Gramsci, apesar de mais conhecido, ainda não tinha se tornado referência nos debates entre os intelectuais (COUTINHO, 2007a).

O segundo ciclo teve início em meados dos anos de 1970, quando de 1975 a 1980 foram republicadas as traduções brasileiras de Gramsci e o número de obras em português se expandiu. O “boom” gramsciano de meados dos anos 1970 não era um fato isolado, mas respondia a um crescente internacional [no período entre 1974 até 1980, registram-se cerca de 200 títulos ao ano tematizando o seu pensamento, e em 1977 e 1987, aos 40 e 50 anos da morte de gramsci, houve 1160 publicações – levantamento de Jonh Cammett] . Outro fator que influenciou esse novo ciclo foi a abertura democrática, contexto que permitiu uma maior difusão e uso do autor. Não foi por acaso que nessa época o legado de Gramsci começa a ser disputado, “seu crescimento do prestígio político, intelectual e acadêmico o transformou em referência para a grande imprensa e até para políticos no poder ou para jornalistas e intelectuais estabelecidos na alta classe média. Gramsci passou a ser usado, de um lado, para atacar um suposto atraso da esquerda e para defender reformas liberais; de outro, justifica posturas moderadas de esquerda ou para apoiar grupos esquerdistas” (SECCO, 2002, p. 56).

A partir da década de 1980, Gramsci já havia adquirido espaço entre militantes e intelectuais e seu pensamento começou a se expandir ainda mais, conquistando seu espaço como referência para estudos não apenas no campo extritamente político, mas do pensamento social em geral.

É nessa trajetória da expansão e difusão da obra de Gramsci que encontraremos, principalmente na década de 1970-1980, o uso do conceito de revolução passiva para pensar a formação do Estado brasileiro. Aprender as características do nosso estado era uma grande preocupação para época, e a possibilidade da interpretação através do conceito de revolução passiva atraiu principalmente os intelectuais críticos da ditadura

brasileira e que se inseriam nas universidades.

Desde então, suas categorias vêm sendo utilizadas com frequência cada vez maior por nossos autores (podemos citar algumas delas: nacional popular, hegemonia, estado ampliado, subalternos e outros) “Gramsci é hoje parte da cultura latino-americana a tal ponto que suas categorias de análise atravessam o discurso teórico das ciências sociais, dos historiadores, dos críticos e dos intelectuais em geral, e estão (via de regra de modo abusivo) presentes na linguagem cotidiana das forças políticas de esquerda ou democráticas” (ARICÓ, 1988, p.26). Buscar os autores que operam com essa chave de estudos e compreender ao que e à quem eles estão elaborando respostas contribui para entender a própria formação do pensamento político no país. Meu objetivo é centralizado no conceito de revolução passiva, sem perder de vista o conjunto da obra de Gramsci.

A revolução passiva se refere a uma “revolução sem revolução”; seria uma forma de explicar as vias não clássicas de realização do domínio burguês, sem a presença do elemento revolucionário (jacobino), e com a permanência de inúmeros resquícios da ordem anterior. De seus estudos sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci visualizou que, em um Estado onde a estrutura é fraca e a população ou o controle social não se encontram inteiramente guiados por mecanismos econômicos, a classe burguesa tenderá a uma formação atrasada e a reprodução social e política do capitalismo terá características peculiares. Gramsci buscou compreender como, em um contexto nacional em que “não existia uma forte e ampla classe de burguesia econômica” (GRAMSCI, 1981, t. 3, C 6, § 78, p. 69), pôde ocorrer um desenvolvimento de forças produtivas sem rupturas definitivas com as relações sociais vigentes.

“Podemos dizer que a revolução passiva expressa essencialmente uma combinação de continuidade e mudança, uma dialética entre conservação e renovação. Num processo desta natureza, o conjunto da sociedade é afetado pela modernização, como um processo de mudança estrutural, sem que haja uma transformação político-social de caráter radical.” (Vianna, 1998, p.167).

Por um lado, vemos que o pensamento de Gramsci está historicamente datado, inserido no espectro de tempo que vai da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, passando pelo surgimento do fascismo e do nazismo, até as primeiras indicações históricas que culminaram na Segunda Guerra Mundial; por outro lado, essa datação histórica não pode nos impedir de reconhecer no pensamento de Gramsci uma elaboração teórica que não se esgota neste arco de tempo, ou ao menos não se reduz

inteiramente a ele (BADALONI, 1993).

Se questionarmos a validade das adequações dos conceitos de Gramsci para realidades que não a italiana, podemos apresentar uma nota do próprio autor como ponto de partida para uma resposta: “*O conceito de revolução passiva parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerra-nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino*” (GRAMSCI, Q 4, §57).

Mesmo Gramsci aderiu ao marxismo renovando vários de seus aspectos conceituais e reajustando-o às exigências de seu tempo; e não só os conceitos de marx foram resignificados pelo autor sardo, mas uma série de outros autores e conceitos - mesmo o de “revolução passiva” retirado de Cuoco ou “hegemonia” já presente na obra de Lênin - tiveram valorações e nuances em sua obra. Ou seja: mesmo antes de teorizar sobre o conceito de tradução, Gramsci adotava tal prática em seus escritos através de suas metáforas e de sua relação com as obras de autores com as quais dialoga.

Para Gramsci, a tradução seria um ato preeminentemente intercultural e é por esta razão que ela adquire forma linguística a qual todos reconhecem (BOOTHMAN, 2004). A tradução poderia ser feita na medida em que a “gramática histórica” expressa um caráter “comparativo”, onde o ato de tradução está relacionado com a própria *práxis* da língua (BARATTA, 2004). Nos *Cuadernos*, Gramsci trata o conceito de “tradução” como método de diálogo entre o que ele metaforicamente chama de “linguagens”. Essas linguagens pressupõe fatores superestruturais diversos umas das outras, porém identificações históricas entre elas permite que conceitos e ideias sejam intercambiáveis entre suas realidades.

No modelo gramsciano, a tradução não é um processo direto ou horizontal, como etimologicamente pode parecer consistir em conduzir (ou transferir) qualquer coisa de um lado à outro (trans-late), mas é um ato no qual um conceito expresso em sua língua natural atravessa diversos níveis de sua superestrutura até a base da sociedade, para depois passar à base da segunda sociedade e ressurgir, através da superestrutura, representada por um conceito linguístico próprio da segunda sociedade (BOOTHMAN, 2004).

Uma passagem de Gramsci que bem representa sua ideia de tradução é aquela do *Cuaderno* 11, em que ele recupera de Marx a ideia de que existe uma equivalência entre, de um lado, a prática e a política francesa e, do outro, a filosofia clássica alemã:

“Da mesma maneira que dois “cientistas” formados no terreno de uma mesma cultura fundamental acreditam sustentar diferentes “verdades” somente porque empregam uma diferente linguagem científica (o que não quer dizer que entre eles não exista uma diferença e que esta diferença não tenha o seu significado), também duas culturas nacionais, expressões de civilizações fundamentalmente similares, acreditam ser diferentes, opostas, antagônicas, uma superior à outra, pelo fato de empregarem linguagens de tradição diferente, formadas com base em atividades características e particulares a cada uma delas: linguagem político-jurídica na França, linguagem filosófica, doutrinária, teórica na Alemanha. Para o historiador, em realidade, estas civilizações são tradutíveis reciprocamente, redutíveis uma à outra. Esta tradutibilidade, por certo, não é “perfeita” em todos os detalhes, até mesmo importantes (mas que língua é exatamente tradutível em outra? Que palavra singular é exatamente tradutível em outra língua?), mas o é em seu “fundo” essencial. É possível, também, que uma seja realmente superior à outra, mas quase nunca o é naquilo que os seus representantes e defensores fanáticos pretendem e, sobretudo, quase nunca em seu conjunto: o progresso real da civilização ocorre graças à colaboração de todos os povos, graças a “impulsos” nacionais, mas tais impulsos quase sempre dizem respeito a determinadas atividades culturais ou grupos de problemas” (GRAMSCI, Q 11 §48).

Também no *Cuaderno 13*, quando Gramsci se pergunta da possibilidade das implicações econômicas da teoria política de Maquiavel, *“se a linguagem essencialmente política de Maquiavel pode ser traduzida em termos econômicos e a qual sistema econômico pode ser incluída”* (GRAMSCI, Q13 §13), podemos notar mais um aspecto da “tradução”: ela não se trata de traduzir somente os termos e conceitos dentro de uma mesma área, mas reconhecer primeiramente que duas matérias, a política e a economia neste caso, podem ter premissas fundamentalmente iguais, serem confrontáveis entre si e poderem ser traduzidas reciprocamente, considerando os diferentes períodos históricos e a conjuntura dos relativos países (BOOTHMAN, 2004).

Diante dessa ideia, quando perguntamos se é possível o uso dos conceitos gramscianos para a interpretação da realidade histórica do Brasil, estamos indagando a

respeito da “possibilidade da existência de uma 'tradutibilidade' das linguagens; é questionar a possibilidade de algumas experiências históricas, políticas e sociais, encontrarem uma equivalência em outras realidades” (AGGIO, 1998, p.161). Supor que isso seja possível não implica na ideia de uma aplicação mecânica da teoria “tradutível” para os diversos contextos, não encerra as noções de “repetitividade” ou “reiteração”. Traduzir não significa reproduzir, mas sim fazer uma nova criação a partir de uma teoria extraída de uma situação histórica com fundamentos similares.

A verificação da possibilidade de tradutibilidade carrega consigo a possibilidade de implementar as potencialidades de um pensamento dotado de um “critério interpretativo” que tem grandes chances de nos fazer ver claramente as razões pelas quais a trajetória brasileira resultou em uma sociedade complexa, mas desarticulada, de desenvolvimento desigual e com frequentes crises políticas (AGGIO, 1998, p.162). “*As interpretações de Gramsci sobre os processos de mudança social, a passagem de uma sociedade tradicional para o capitalismo e as semelhanças do caso italiano (o Risorgimento) com o brasileiro, eram muito férteis para serem desprezadas*” (PANSARDI, 2002, p.178).

Daí a importância de apreender como o conceito de revolução passiva foi utilizado na análise da modernização capitalista no Brasil, e a necessidade de recuperar esse mesmo conceito das notas de Gramsci em seus *Cuadernos*. Podemos dizer que é imprescindível “repensar as interpretações do Brasil” e que este empenho é válido mesmo quando o desafio é “investigar as interpretações clássicas ou mais rotinizadoras do pensamento social e político para demonstrar sua inteligibilidade histórica, cognitiva ou normativa” (BOTELHO e LAHUERTA, 2005).

Além disso, para pensar as transformações contemporâneas são necessários um entendimento mais amplo dos condicionantes históricos de nossa direção e a constante retomada do estudo do processo de formação do país em vista dos elementos novos de análise que nos são apresentados. Assim foi pensada essa proposta de pesquisa, no sentido de investigar os principais entendimentos da formação capitalista brasileira na chave da revolução passiva, pensando no enriquecimento da ciência política nacional através da contribuição dos estudos gramscianos.

Se pressupomos então que: i) o conceito de “revolução passiva” assume novas características em sua tradução para o Brasil e; ii) essas nuances e particularidades que o conceito adquire estão ligadas ao que nos distingue da história da Itália e da Europa; podemos concluir que os autores brasileiros, ao resgatarem esse conceito para o

entendimento de nossa nação periférica, acabam por transformá-lo em outra coisa que não o conceito original. Devemos então perguntar “*qual é então ‘o nosso Gramsci’? Que decomposições e recomposições efetuamos sobre o corpo teórico gramsciano a fim de iluminar a nossa realidade, de dar conta na teoria do que se produziu na prática?*” (ARICÓ, 1993, p.28).

Para compreender como os intérpretes de Gramsci no Brasil se apropriaram do conceito de revolução passiva para explicar os impasses (políticos, econômicos e sociais) criados por nossa modernidade tardia, devemos levantar alguns aspectos analisados por estes:

- a. Entender como os autores pensam a consolidação do Estado moderno no Brasil;
- b. Como são encaminhadas as soluções políticas do Brasil na consolidação do capitalismo;
- c. Os tipos de acordos que existem entre as classes dominantes;
- d. O grau de participação política das classes subalternas;
- e. O papel do Estado nesse processo de transformações;
- f. O nível de “ocidentalização” da sociedade brasileira.

Será através da forma como cada autor utiliza o conceito de “revolução passiva” para responder as questões colocadas que conseguiremos delinear as características que o termo assume em cada obra considerada especificamente e quais são as particularidades da história brasileira que dão expressividade única às traduções do conceito estudado.

Dos usos do conceito pelos brasileiros, trabalhamos com algumas hipóteses do que pode ter acontecido no processo de análise da formação do Estado brasileiro através da chave gramsciana:

1. O modelo utilizado pelos intérpretes brasileiros enfatizou na maioria das vezes, de modo unilateral, uma das modalidades utilizadas por Gramsci na construção do conceito – a modalidade da “revolução pelo alto” própria do Risorgimento italiano – descurando outras modalidades - como a revolução/restauração, utilizada por Gramsci no estudo das revoluções de 1848, e o americanismo/fascismo, na qual são centrais as transformações no âmbito da organização da produção.
2. O conceito de revolução passiva, ao permitir uma analogia histórica com as vias não clássicas de construção do Estado moderno na Europa, fornece soluções teóricas consistentes para explicar situações de capitalismo tardio, como as que caracterizam o

Brasil, na medida em que:

- 1) Tratar-se-ia de uma modernização estatalmente dirigida.
- 2) Pressuporia um acordo entre velhas e novas classes dominantes.
- 3) Ocorreria sem a participação ativa das classes subalternas.

3. Permanecem entre os diversos autores brasileiros que tratam do tema desacordos importantes sobre:

- a. O grau de “ocidentalização” da sociedade brasileira.
- b. O caráter positivo ou negativo da revolução passiva, ou seja, sua capacidade real de transformação social.
- c. O alcance do caráter modernizador do processo de revolução passiva brasileiro.

O que tentamos mostrar rapidamente nesta comunicação é que, “*quando Gramsci discute as possibilidades de resolução da crise política de sua época, o faz a partir dos materiais históricos concretos que tem à disposição: a Revolução Francesa; a história italiana, particularmente o Risorgimento; a experiência dos conselhos turinenses; e a Revolução Russa. Toma, portanto, como ponto de partida uma história das revoluções*” (BIANCHI, 2006, p. 42).

Dado o presente complicado em que Gramsci estava inserido - Europa no pós-Primeira Guerra Mundial, Rússia soviética, crise de 1929 e o surgimento e avanço do fascismo na Itália - ele sente necessidade de responder a essas questões históricas de uma maneira filosófica e política, e dessa empreitada é que surge o conceito de revolução passiva.

Inicialmente o termo é utilizado pelo marxista sardo para interpretar a história italiana, como já apontamos, especificamente o *Risorgimento*, ou seja, a constituição do capitalismo em seu país. Gramsci recolhe o termo do historiador Vincenzo Cuoco, atribuindo-lhe conteúdo inédito. Dessa forma, em sua obra, o conceito de “revolução passiva” se torna um critério de interpretação de fatos sociais complexos e, por vezes, ferramenta de análise para períodos históricos completos e diferentes entre si - como por exemplo a Restauração pós-napoleônica na França e o americanismo. Extraído de seu contexto original e reformulado, o conceito ganha uma amplitude muito maior do que em seu sentido inicial.

Assim como Gramsci, os autores brasileiros, ao interpretarem a história de seu país através do resgate do conceito de “revolução passiva”, estão reformulando o

sentido que o mesmo traz, a fim de entender com maior clareza a constituição de nossa história e delinear os apontamentos que possam advir de tal compreensão, para uma futura “mudança” de nossas condições de desenvolvimento.

Nosso projeto de estudo ainda encontra-se em estágio inicial, por isso trabalhamos de maneira sucinta os pontos que irão compor de maneira central a pesquisa. Apresentamos um esboço do caminho que iremos seguir mais profundamente: resgatar o conceito de revolução passiva dos *Cuadernos* de Gramsci; e levantar os usos feitos do conceito pelos autores brasileiros, tentando apontar e compreender as inovações que foram necessárias e as características inéditas que ele assume ao ser traduzido para a compreensão da formação de nosso Estado.

Referências Bibliográficas

AGGIO, A. A revolução passiva como hipótese interpretativa de história política latino-americana. In: AGGIO, A. (org.) *Gramsci. A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, p.161-176.

ARICÓ, J. Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BADALONI, N. Gramsci, para além de sua época e de seu país. In: : COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARATTA, G. *As rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, n. 23, p. 34-57, 2006.

_____. *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOOTHMAN, D. *Traducibilità e processi traduttivi*. Un caso: A. Gramsci linguistica. Perugia: Guerra edizioni, 2004.

BUCI-GLUCKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, F. (org). *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1978, p.117-148.

_____. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, C. N. Os Intelectuais e a Organização da Cultura no Brasil. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, v. 10, 1981.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. . In: COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1993.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. L'epoca neoliberale: rivoluzione passiva o controriforma? *Critica Marxista*, Roma, n. 2, p. 21-26, 2007b.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.189-257.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci*. México: Era, 1981, 6t.

_____. *Cadernos do Cárcere*. COUTINHO, C.N. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 6t.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

LIMA, R. R. A de. *Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo*. Dissertação (mestrado). Marília, São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista, 2003.

PANSARDI, M. V. *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à revolução de 1930*. Dissertação (doutorado). Campinas, São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DEL ROIO, M. *Revolução passiva e sua tradução para o Brasil*. s.d., mimeo.

SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. "O coroamento da Era Vargas e o fim da história do Brasil". *Dados*, v. 38, n. 1, p.163-172, 1995.

_____. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.